

Entrevista com o Professor Renato Janine Ribeiro

*Entrevistadores: Bruna Coelho, João Alex Costa Carneiro,
Luana Fúncia, Talita Rosolen*

Renato Janine Ribeiro é professor titular de Ética e Filosofia Política na Universidade de São Paulo, na qual se doutorou após defender mestrado na Sorbonne, e também é diretor de Avaliação da Capes. Tem se dedicado à análise de temas como o caráter teatral da representação política, a idéia de revolução, a democracia, a república, a cultura política brasileira. Entre suas obras destacam-se *Humanidades: um novo curso na USP* (2001), *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil* (2000, Prêmio Jabuti de 2001) e *A universidade e a vida atual – Fellini não via filmes* (2003).

Na entrevista abaixo, Renato Janine Ribeiro, discute o sentido do termo humanidades, o momento por que passam as ciências ditas humanas no Brasil e critica o modo como a graduação é voltada para a absorção de profissionais no mercado de trabalho. Fala ainda das condições de se fazer pesquisa hoje, do pouco tempo de amadurecimento do pesquisador, e das bolsas concedidas pelas agências de fomento. Por fim, discute a reforma universitária, educação tutorial e avaliação do ensino superior.

HUMANIDADES EM DIÁLOGO: Qual é o sentido que o senhor atribui ao termo humanidades? Faria sentido sustentar, ainda hoje, a rubrica humanidades, termo esse que remete às artes liberais na Antigüidade, na Idade Média, passando pela idéia de humanismo cívico no Renascimento, quando nos deparamos com um alto grau de especialização do conhecimento, inclusive nas ciências humanas?

RENATO JANINE RIBEIRO: São duas questões. Primeira ao longo do tempo, o termo humanidades não deixou de existir, ele continuou sendo utilizado. Mas é claro que, quando falamos de humanidades no século XXI, o termo tem sentido muito diferente do humanismo renascentista; não exhibe a menor pretensão de formar o homem integral, ou de retomar o estudo dos clássicos ou todas essas outras características que determinam o fim do teocentrismo e o começo do mundo mais voltado para o ser humano.

Vejo, assim, a palavra humanidades hoje, antes de mais nada, como uma palavra prática. Proporei duas definições: a primeira é prática. Por humanidades, conseguimos reunir aquela parte do conhecimento que não são as ciências exatas, nem as biológicas e da saúde, nem as tecnológicas. Na Universidade de São Paulo, por exemplo, temos a divisão do sistema universitário em biológicas, exatas (que inclui engenharia) e humanas ou humanidades. Quando se faz essa divisão, alguns falam de humanas e outros de humanidades. Neste sentido, ela é uma palavra prática, não é um conceito. Da mesma forma, na tabela de áreas do conhecimento que o CNPq, a CAPES e a FAPESP¹ utilizam, temos as ciências humanas, nas quais estão a filosofia, a história; temos as ciências sociais aplicadas, como direito e administração; e temos letras e artes. São três grandes áreas, e humanidades seria um nome prático para cobrir todas elas sem projetar a palavra ciências humanas, que é apenas uma delas, sobre as ciências sociais aplicadas, letras e artes. Esse é o primeiro sentido.

O segundo sentido é mais preciso. Prefiro trabalhar com ele. Conceitualmente, entendo humanidades, antes de mais nada, como não sendo ciência. Há clara diferença entre o termo ciências humanas e sociais e o termo humanidades. As ciências trabalham com uma idéia de verdade, ainda que enfraquecida. Hoje não é mais legítima uma idéia forte de verdade, mas existe uma comunidade científica que discute, delibera, contesta e avança. A ciência “progride”. Há novas descobertas que colocam em xeque as an-

¹ As siglas se referem respectivamente, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, respectivamente.

teriores, muitas vezes não as refutando, mas matizando-as. Por exemplo, a tese de que a água ferve a cem graus é matizada quando se acrescenta “em determinadas condições atmosféricas”. Ela não ferve sempre a cem graus; mas com isso não se afirmou que a água possa ferver a setenta ou quarenta graus: apenas se matizou a tese inicial. Também nas ciências humanas, há descobertas que nos fazem rever certos conceitos, até os refutar, mas na maioria das vezes não se trata de refutação, mas de acréscimo de matices. Já nas humanidades, há uma permanência do passado, e esse é o ponto principal. Elas se caracterizam, ao meu ver, por constituírem um patrimônio. Quando apresentei essa idéia no livro *Humanidades, um novo curso da USP*², a professora Ana Maria Belluzzo disse que a palavra correta não era patrimônio, mas tradição. Patrimônio é algo muito material, explicou ela. Mas mantém o patrimônio, por duas razões. Primeira: por todas as razões do mundo sou contrário à palavra tradição. Não gosto dela. Tradição me soa a coisa convencional, repetitiva, que retoma o passado e não inventa. Em segundo lugar, porque patrimônio representa o que foi sendo legado por todo um tempo e que permanece como uma propriedade. Literalmente, patrimônio é o que herdamos do pai. Em inglês a palavra para patrimônio é *heritage*, herança é patrimônio.

Ora, é importante que, em alguns segmentos do que chamamos de humanas ou humanidades, haja uma não refutação do passado, ou sua presença intensa. Onde temos isso? Basicamente na filosofia, na literatura e nas artes. Quer dizer também que conceituo as humanidades de forma diferente da tradicional, que inclui a história. A história, hoje, faz parte das ciências humanas. Mas o trabalho de qualidade em filosofia, em literatura ou em artes é de humanidades. Lingüística, não, que é uma ciência humana.

HUMANIDADES EM DIÁLOGO: Talvez a idéia de humanidades soe um pouco anacrônica para nós hoje, principalmente para os que estão em ciências mais pragmáticas. Como o senhor vê isso no contexto da especialização que é típica do capitalismo? O que o senhor falou quanto à teoria tradicional da ciência (voltada para uma utilidade, para um uso específico) poderia remeter à distinção feita por Horkheimer entre teoria crítica e teoria tradicional. Como ficam algumas carreiras mais práticas com esse critério de utilidade, ao mesmo tempo com uma tentativa de retomada que não seja necessariamente uma especialização fechada e intransigente como a que acontece hoje?

² Ribeiro, R. J. (org.). *Humanidade: um novo curso na USP*. São Paulo: EDUSP, 2001.

RENATO JANINE RIBEIRO: Primeiro de tudo, acho que temos de pensar onde a pesquisa se faz. Veja: se tomarmos a tabela das áreas do conhecimento, há ciências básicas (ciências exatas, biológicas e humanas) e outras que são ciências aplicadas (engenharias, ciências da saúde e as ciências sociais aplicadas). Faz parte da natureza das ciências sociais aplicadas, e talvez das ciências aplicadas em geral, serem interdisciplinares — é difícil trabalhar numa delas sem ser interdisciplinar.

Se, na medicina, fizermos as pesquisas serem cada vez mais laboratoriais, reduziremos a distância entre elas e as ciências biológicas. Isso é importante, cientificamente e para o tratamento médico, mas corre-se o risco de não se saber mais o que é o contato com o doente, assunto que provavelmente diz mais respeito às ciências humanas. Mesmo nas ciências da saúde, que seriam a aplicação das biológicas, temos um elemento de humanas particularmente forte, por exemplo, na saúde coletiva. Não se pode fazer esta última sem sociologia: a epidemiologia é fundamental, mas não basta.

O direito é complicado, porque há uma forte vertente positivista ou mesmo dogmática em que se ensina a entender a lei e a aplicá-la; aliás, era o que Thomas Hobbes e o rei Jaime I, da Inglaterra, queriam. Disso, eles inferiam que o direito teria de ser muito rápido, límpido, claro, para qualquer um entender as leis, obedecê-las, advogar e, se nomeado para isso, julgar. Essa é uma determinada posição; mas numa democracia a situação é mais complexa; por exemplo, nossa Constituição Federal reconhece o direito de propriedade, desde que respeitada sua função social. Isso traz um problema seríssimo de discussão, porque se estoco um quarteirão de terra aqui no Sumaré (onde foi realizada a entrevista), faço especulação imobiliária. A propriedade em questão não cumpre sua função social; continua então a ser um bem intangível, que ninguém pode invadir? Por outro lado, se essa terra for invadida e o juiz simplesmente mandar retirar os sem-terra e matá-los se necessário, o juiz não entendeu a Constituição e não fez uso de suas faculdades mentais. Por outro lado, não basta uma terra ser objeto de especulação imobiliária para se poder invadi-la. Há aqui um espaço delicado, que depende da legislação ou da jurisprudência. Em algum momento, o Legislativo terá de estabelecer o que é função social, e penalizar quem estoca terras ou bens em geral de maneira improdutiva. Para isso, é preciso uma reflexão filosófica ou teórica forte, e aí entra a sua questão sobre as ciências específicas.

Antes de mais nada, tenho muita dúvida se as ciências aplicadas são específicas. Não sei se consideraria bem formado um engenheiro — uma das profissões que mais respeito e de que mais precisamos para o desenvolvimento econômico — que não sabe quem apropria a riqueza que ele gera. Esse engenheiro teve a formação trunca-

da. Vai aumentar a produtividade? Sim. Vamos supor que se aumente a produtividade da soja — na qual o Brasil apostou muito; quem pagou e paga o custo do êxodo rural, esse custo social e humano tão grande? Uma das profissões mais profissionais que há, a do engenheiro, requer então uma formação múltipla.

A proposta que fiz foi considerada próxima dos *Liberal Arts Colleges*, ou Faculdade de Artes Liberais. Não é bem verdade, mas vamos lá. Nessas faculdades, que existem nos Estados Unidos, se estudam efetivamente os clássicos — trabalha-se às vezes com grego e latim —, são ambientes de elite, e o que se forma? Formam-se líderes, porque uma pessoa que sai sabendo tudo isso, por estranho que pareça, é muito mais apta, pelo domínio do raciocínio, a mudar de área, a mudar de profissão, a mudar de paradigma, do que alguém que simplesmente aprendeu uma técnica.

Mas ainda temos na universidade a idéia de que se deve aprender uma técnica, que terminar um curso é conhecer uma técnica e aplicá-la; isso é um desastre. Acaba-se formando uma pessoa que não se atualiza, e pior, que não adquiriu agilidade mental para perceber que, em certo momento, tem de colocar em xeque os seus próprios pontos de partida. O que falta na vida universitária é a opção de formar alguém apto a fazer suas escolhas e a mudá-las ao longo da vida: daí a importância de se dar uma formação básica, uma formação que permita à pessoa modificar o seu itinerário.

Disso decorre a questão de debater o que seria uma boa educação para o Brasil, pensando, antes de mais nada, na graduação. Creio que acabamos comprando um modelo muito equivocados, o da profissionalização; já sustento esta idéia nos dois livros que vocês citam³, mas hoje tenho dados: Edson Nunes, presidente do Conselho Nacional de Educação, fez o levantamento das quarenta e três profissões regulamentadas em lei e que exigem diploma universitário para serem exercidas. Essas profissões somam dois terços dos alunos da graduação, ou seja, um terço dos alunos da graduação faz cursos que não garante uma reserva de mercado, mas, se considerarmos os dois terços que fazem cursos regulamentados, e examinarmos para onde vão as pessoas que eles formam, o maior percentual de quem exerce a profissão para a qual se formou é a de médicos — segundo Edson Nunes, é inferior a setenta por cento; segundo o Ministro Fernando Haddad, são oitenta por cento. Mesmo no caso da divergência, algo entre um quinto e um terço dos médicos não está atuando na profissão, ou seja, essa forte proporção cursou uma faculdade que não lhe serviu para a sua atual atividade. Se passarmos à administração, ao direito, ao professorado, o percentual é muito pior, variando entre dez e trinta e cinco por cento.

³ O já referido *Humanidades: um novo curso na USP* e, mais recente, *A universidade e a vida atual - Fellini não via filmes*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2003.

Isso corrobora a minha tese de que formar profissionalmente uma pessoa é um equívoco, porque ela não irá necessariamente para a formação que recebeu na universidade. Pode trilhar um caminho muito diferente. Então, o que devemos fazer? Penso que a graduação deve ser um momento de muita abertura; esse é o problema, aliás, dos programas de iniciação científica. O risco deles é o caráter de especialização precoce; a pessoa pode se especializar em algo e desdenhar o resto. Nos vários cursos que vocês estão fazendo, vocês têm várias opções de formação amplas e diversificadas; se escolher uma delas muito cedo, corre o risco de não tomar conhecimento das outras opções que vão aparecer diante de si.

Nesse ponto, gosto do sistema das universidades norte-americanas: muito resumidamente, no curso de graduação se pode circular muito e cursar matérias muito diferentes entre si; sua especialização profissional se dá num segundo passo, que pode ser o fim de uma graduação mais longa ou já numa pós-graduação, como é o caso do direito. Temos aqui o projeto inovador da Universidade Federal do ABC e da Universidade Federal da Bahia — recomendo que vocês leiam o projeto pedagógico da UFABC, disponível no site www.ufabc.edu.br, e que leiam o projeto da Bahia, que pretende extinguir o vestibular. Ou seja, temos duas opções: primeira, fazer dois ou três anos com muita liberdade, sem ser curso básico, sem ser uma iniciação a trezentas coisas; terá de haver uma circulação maior, podendo-se combinar música com engenharia; este pode ser um diploma que forma um cidadão mais apto ao mercado de trabalho e à sua flexibilidade; ou então, com mais dois anos, ele se forma em algo específico. Podemos avançar muito se tivermos a graduação mais ampla e mais solta.

HUMANIDADES EM DIÁLOGO: Voltando à questão da iniciação científica e da pesquisa na graduação de um modo geral, os programas de financiamento, principalmente o PIBIC⁴ (ligado ao CNPq), surgiram num contexto muito específico, na tentativa de diminuir o tempo da pós-graduação e de certa forma engatilhá-la com a graduação, para evitar esse distanciamento muito grande entre a graduação e a pós. Levando em conta esse contexto, como o senhor vê esse que talvez tenha sido o principal objetivo, pelo menos do ponto de vista dos gestores, e qual deveria ser o papel da iniciação científica?

RENATO JANINE RIBEIRO: Não sei dizer se esse foi o principal ou quais foram os outros objetivos dos gestores; muitos outros podem existir; mas, efetivamente,

⁴ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

um dos efeitos da iniciação científica é tornar mais rápido o mestrado e até, eventualmente, facilitar o doutorado direto. Há aspectos positivos nisso, mas há algo delicado, que é o caráter precoce de uma formação oferecida antes da pessoa ter maturidade. Por exemplo, em direito: nos concursos para a Magistratura e o Ministério Público, dada a má qualidade da formação em direito, sempre sobram vagas, e acabamos tendo promotores e juizes na faixa de vinte e poucos anos – que talvez não tenham maturidade emocional para suas funções. Não têm ainda uma experiência de vida que permita distinguir o que deve ser punido ou não. O problema é a precocidade: ela pode ser ruim na profissão e pode ser ruim também na universidade. Seja como for, desde que emplacou a idéia das “duas culturas” (cultura das ciências humanas, cultura das exatas e biológicas), entre as quais seria preciso fazer uma ponte, elas também distinguem duas idéias de formação doutoral. A idéia das áreas exatas e biológicas me foi exposta certa vez pelo então pró-reitor de pós-graduação da USP, professor Franco Lajolo. Ele me disse que nós da área de humanas temos uma visão exagerada do que deve ser um doutorado – isso foi há uns dez ou quinze anos –; e que, nas ciências, o doutorado pode ser um trabalho com falhas, mas que dá uma maioria científica (não ainda a maturidade) para a pessoa fazer o que realmente interessa – começar a freqüentar congressos e apresentar *papers*. Cada vez mais teses em exatas e biológicas são um conjunto de *papers*: vários artigos que foram aceitos em revistas de alta qualidade podem formar uma tese – e isso é aceitável. Mas, nas humanas, é muito mais difícil, porque se corre o risco de nunca se atingir a maturidade. Donde a minha constatação empírica de que a idade média de doutoramento nas humanas é mais tardia, não por qualquer falha, mas devido à natureza das coisas; inclusive porque os temas muitas vezes têm a ver com o vivido das pessoas, que se envolvem na resolução de um problema teórico que pode estar ligado a uma questão pessoal. Nossos pesquisadores, com freqüência, têm uma dupla jornada de trabalho, pessoal e intelectual.

Somam-se a isso mais dois problemas: o primeiro é que, se você doutora uma pessoa mais tardiamente, essa pessoa tem certos prejuízos profissionais. Eu me doutorei aos trinta e quatro anos. Naquela época, isso não colocava um problema maior porque eu já era professor na USP havia alguns anos, ou seja, já tinha emprego e salário, já tinha me casado. Essas coisas fazem uma diferença. Hoje não se vai ter emprego numa universidade pública sem o doutorado, com raras exceções. É-se incentivado a doutorar-se cedo. Mas isso não seria ruim, não fosse o fato de que raras pessoas estão conseguindo, na área de humanas, escrever um livro depois do doutorado. Um livro de verdade, isto é, com começo, meio e fim, fruto de uma pesquisa que agarrou a pessoa por alguns anos. Quando, ao se doutorar, você entra no circuito dos congressos e

dos *papers*, isso é positivo em áreas em que há uma agenda coletiva bem definida, mas não é tão bom em áreas com agendas diversificadas.

Eu diria que, fora os livros, que valem sobretudo na área de humanas, o que cada vez mais temos – e inclusive nas humanas – é a publicação de *papers*. A diferença é principalmente se eles saem em periódicos, como nas outras ciências, ou em livros, como nas humanas. Muito do que chamamos “livros” são na verdade coletâneas de artigos, de um só autor ou mais, freqüentemente repetitivos. Seria mais útil se saíssem num periódico *on-line*, acessível a qualquer um pela internet. Deveríamos rever o que é livro mesmo, o que funcionaria melhor com outro suporte.

O problema é que, na produção de humanas, por um lado se pulveriza a produção em artigos feitos *on demand*, por outro, eles não seguem necessariamente um fio condutor de preocupação que vai se enriquecendo. No doutorado a pessoa se concentra quatro ou cinco anos num só tema. Depois, se pulveriza. Não consegue fazer um novo livro assim concentrado. E é claro que, com a experiência adquirida, ela faria em dois anos um livro melhor do que aquela tese à qual dedicou quatro. Este é um assunto que as áreas de humanas têm que discutir, porque estão juntando o pior de dois mundos: livros que não são livros, e escassez de livros de verdade.

Nas exatas e biológicas, o positivo é a existência de uma agenda. Dialoga-se e se constrói em conjunto, o que é bom. Há projetos globais; agora, o lado ruim é que quem está fora do projeto global tem dificuldade em conseguir recursos e mesmo, sem eles, em pesquisar. Já nas humanas, você não acaba; se eu brigar com a CAPES, CNPq ou FAPESP e não receber mais um centavo, posso ler os clássicos e, caso nenhuma editora queira me publicar, posso publicar na Internet. Temos um “plano B”, que nossos colegas das exatas não têm, mas nosso “plano B” enfraquece muito nosso “plano A” – que seria como construir uma agenda de discussão comum. Tenho defendido, totalmente em vão, que o tema de maior convergência das humanas e das humanidades seria a questão da democracia *versus* autoritarismo. Ele faz convergir a filosofia política, o direito, as formas de gestão, a educação, a psicologia, a literatura, a história, as ciências sociais, mas precisaria haver uma grande rede de articulação. Em vez disso, o que temos feito mais é a leitura; em filosofia, lêem-se os clássicos, em outras áreas lêem-se os modernos, mas apenas lemos. A produção de pensamento novo no Brasil tem sido escassa.

HUMANIDADES EM DIÁLOGO: O senhor coloca uma necessidade inerente às ciências humanas, um tempo maior de latência, de reflexão para um desenvolvimento de uma produção mais qualificada inclusive no mestrado e no doutorado. Contudo, trabalha-se com prazos concretos de financiamento por parte das agências de fomento. A CAPES, sem dúvida, é uma referência dentro da

política, dentro do planejamento da pós-graduação brasileira. Ela expandiu consideravelmente o número de bolsas no último período de três ou quatro anos. Teve um incremento de orçamento, mas me parece que ela trabalha com um prazo muito exíguo, e, até onde sabemos, eles são idênticos para todas as áreas.

RENATO JANINE RIBEIRO: Não é verdade.

HUMANIDADES EM DIÁLOGO: Não é? O que o senhor teria a dizer quanto à duração das bolsas? Qual seria uma política alternativa para isso, considerando a existência de uma demanda reprimida? O financiamento, ele é dificultado. Há uma necessidade de termos um número ainda maior de bolsas. Como o senhor vê esse problema, associando demanda maior que a oferta e esta, que conforme alguns dizem, segue uma lógica de americanização dos prazos implicando no encurtamento do financiamento?

RENATO JANINE RIBEIRO: Desculpe, mas americanização é bobagem. O que temos é o seguinte: a CAPES cumpriu no governo Fernando Henrique uma agenda que aumentou muito o número de defesas de teses e de dissertações. Uma das peças disso foi a exigência de um tempo médio de titulação que, basicamente, era de dois anos para o mestrado e quatro anos para o doutorado. Eventualmente, você poderia ultrapassar um pouco esse tempo se um colega seu antecipasse um pouco o prazo. O tempo era médio. A maior parte da área de humanas sempre criticou com veemência os dois anos para o mestrado, embora tenha aceitado razoavelmente bem os quatro anos para doutorado. Contudo, esses pontos eram levados muito a sério para a atribuição de bolsas.

Quando o Professor Jorge Guimarães me convidou, em fevereiro de 2004, para ser diretor de Avaliação da CAPES, coloquei duas questões para ele. Primeiro: o livro seria aceito como uma peça importante na avaliação nas áreas que eu considero importante? Ele me deu apoio total. Segundo ponto: a questão do tempo de titulação seria flexibilizada e mesmo abandonada no caso de humanas? Ele me deu total razão nesse ponto também. Esses dois pontos para mim eram os mais claros. Desde então, avisamos todas as áreas de que, primeiro, a distribuição anual de bolsas não teria mais como critério único o tempo médio de titulação, que passou a ter peso bem menor na repartição delas. Há um conjunto de critérios e o tempo de titulação é um critério menor. Em segundo, lugar, na avaliação o tempo de titulação já não era muito considerado em várias áreas e diminuiu ainda mais.

O que não é possível é ampliar o prazo de bolsa. Não podemos ampliar de

dois para três anos no mestrado, porque os recursos são limitados. O orçamento da CAPES quase dobrou entre 2004 e 2007, as bolsas foram aumentadas duas vezes após o longo congelamento do governo passado, mas temos de escolher: se você der uma bolsa de mestrado de três anos, você tem que reduzir o total de bolsas de mestrado em um terço. O que também repercute no aumento das bolsas: se aumentarmos em dez por cento o valor das bolsas, deixamos de aumentar em dez por cento o número de bolsas.

Mas, basicamente, o que a CAPES recomenda é o seguinte: no caso do bolsista – financiado, portanto, pela sociedade –, que, na avaliação, seja levado em conta o tempo de titulação, e isso se a área achar que é o caso. Por que no caso de bolsista? Porque o bolsista, se não completou a tese enquanto teve a bolsa, é nesse momento que mais precisará ter paz de espírito e dinheiro. Se ultrapassar os quatro anos para o doutorado, vai precisar trabalhar ao mesmo tempo que escreve, e um atraso de seis meses pode virar dois anos. É ruim para todos; para ele e para a sociedade. Para o não-bolsista não há a mesma preocupação, desde que não passe de certos limites. Um mestrado nunca demora, por exemplo, sete anos. Um mestrado que gaste esse tempo é porque o aluno parou e voltou, mudou de tema, sumiu e reapareceu. Não foram sete anos sérios de pesquisa. Em suma, o tempo máximo de titulação cumpriu um papel, evitou teses que nunca terminavam, comprometeu os orientadores com o trabalho de seus orientados, e hoje podemos dar mais atenção ao resultado final – a tese, ou melhor, o aluno formado – do que a esse meio.

Temos os seguintes dados (2006): há quase 112 mil pós-graduandos no Brasil. Desse total, um terço tem bolsa; de quem tem bolsa, 58% são pagos pela CAPES, sendo que 85% das bolsas são financiadas pela União (CAPES, CNPq, mais fundos setoriais). No caso de São Paulo, a FAPESP cobre 15% das bolsas paulistas; a grande maioria das bolsas paulistas é, portanto, federal. Do total de pós-graduandos há, então, pouco mais de um terço de bolsistas; os dois terços restantes se dividem quase ao meio; em quem não pode ter bolsa (pessoas que já têm vínculo profissional ou estão fazendo mestrado profissional) e quem poderia ter bolsa (são pessoas que estão fazendo trabalhos acadêmicos mas para quem não há verba disponível). Será preciso aumentar o número de bolsas, mas estamos praticamente no limite de nossas atividades; temos problemas seriíssimos. Vejam a universidade (USP) que tem o maior orçamento do Brasil e que, no entanto, reclama dele, porque de fato é difícil viver só com essas verbas. Mas qual a base política que temos para aumentar o percentual de ICMS para as universidades estaduais paulistas? Como vamos defender um percentual maior para elas, quando a educação básica e fundamental está fraca? Por que esse dinheiro irá para a educação superior e não para o restante da educação, ou até mesmo para o saneamento básico e para a saúde?

Chegamos a um ponto que sinaliza, em vários campos, o esgotamento do financiamento da educação. Posso fazer um paralelo com a saúde. Os custos da saúde, nos últimos anos, aumentaram violentamente, mas isso foi repassado: são pagos pelos planos de saúde, pelo nosso bolso e pelos impostos. O custo da educação aumentou também e, no entanto, não temos conseguido dar um salto qualitativo mesmo havendo recursos a mais. Precisamos de outras fontes de financiamento. Quais serão essas é uma questão muito delicada e política, e não vou entrar nela porque é fácil transformá-la em questão político-partidária.

Eu só frisaria uma coisa: me espanta profundamente a defesa da privatização do ensino feita pela esquerda, sobretudo por estudantes e professores. Dou um exemplo de privatização de ensino: uma faculdade de direito que é pública e gratuita e forma pessoas que vão, basicamente, fazer advocacia privada e ganhar dinheiro com isso. Isso é privatização do ensino. Ou uma faculdade pública de administração cujos alunos desejam ganhar dinheiro e ser administradores. O que devemos discutir seriamente é: qual é o uso que as pessoas vão fazer com a educação recebida? Como elas se apropriam do conhecimento recebido? Seu uso vai ser público ou privado? Se for ser público, é justo a sociedade financiar; se não, não entendo por que a universidade financia uma minoria para se enriquecer. Quantos alunos da Faculdade de Direito da USP vão seguir para os direitos humanos, o direito constitucional, e quantos vão ser tributaristas? No entanto, ouço um discurso que se afirma de esquerda defendendo que os tributaristas ganhem dinheiro e sejam felizes para sempre.

Há uma profunda injustiça ligada à idéia de que a universidade se alheia por completo do uso do conhecimento que ela produz.

HUMANIDADES EM DIÁLOGO: A respeito da reforma universitária o debate foi muito aprofundado dentro do aspecto administrativo, orçamentário e na questão da autonomia universitária; mas em termos de grade curricular e de proposições específicas quanto ao conteúdo e ao formato da universidade brasileira, parece que o debate avançou pouco, embora o anteprojeto defenda a idéia do ciclo básico. Isto porque a segunda versão do projeto não especifica muito essa idéia, apenas propõe que o ciclo básico seja implementado dentro das três grandes áreas. Dentro desse contexto e também da limitação que o senhor aponta da estrutura departamental brasileira, como o senhor vê que o debate dessas questões possa avançar, já que a reforma universitária aponta, mas não detalha, quais são os caminhos a seguir?

RENATO JANINE RIBEIRO: Quanto à questão do currículo, talvez o projeto tenha avançado no sentido de dar mais autonomia para as instituições no sentido de gera-

rem seus currículos. Acho que a questão crucial hoje no ensino universitário é exatamente essa. Você precisa orçar, mudar as condições de acesso e permanência, dar autonomia e avaliar, mas, mais que tudo, precisa ter um currículo flexível e inteligente. Esse currículo flexível e inteligente não pode ser refém de departamento, nem mesmo da existência de profissão. Ganharíamos muito se tivéssemos, por exemplo, currículos que previssessem uma revisão a cada quatro anos. A cada quatro anos você vê quem está disponível, modifica... Veja a Faculdade de Filosofia da USP, que tem onze departamentos e cinco graduações básicas. Dessas cinco graduações, três correspondem a um departamento: filosofia, história e geografia. Uma corresponde a três departamentos, que é o curso de ciências sociais; o quinto curso, letras, corresponde a cinco ou seis departamentos. Desse modo, é muito forte a ligação entre o departamento e o currículo. Mas por que não podemos ter um curso de filosofia que tenha em seu quadro um professor como Nicolau Sevcenko ou José Miguel Wisnik e inversamente, por que não podemos ter Marilena Chauí durante alguns anos dando aulas na História? Isso iria ao contrário da idéia de que, se você é historiador, leciona na História, se é filósofo, leciona na Filosofia.

Há um ponto delicado da estrutura departamental: a rigidez. Ela cria fronteiras, barreiras, brigas que não tem como ser solucionadas, o que é uma coisa muito séria não só no Brasil. Isso também clama por uma flexibilidade maior no currículo. Não sei se é o ciclo básico, porque a experiência brasileira do mesmo se pautou pela rigidez, pelas classes enormes e pela idéia de que os cursos eram introdutórios. Defendo um sistema mais flexível. É difícil, porque temos que levar em conta a entrada de massas na Faculdade. Temos de ampliar o número de vagas, o que é incompatível com a orientação de cada aluno por um professor tutor, com o acompanhamento individualizado e com você escolher qualquer matéria. Não é à toa que na própria escolha de optativas se precise ter um critério — que na USP é o ranqueamento —; não pode abrir uma optativa para todos, porque não terá condição de colocar um professor. Precisaríamos de um sistema que desse, ao mesmo tempo, ao aluno de 18 e 19 anos a maior riqueza possível de experiências diferentes de conhecimento e que seja viável. Uma liberação geral, no sentido de fazer um curso com algumas matérias de medicina, umas matérias de música e etc. é muito improvável. Mas podemos avançar.

HUMANIDADES EM DIÁLOGO: Hoje, nós teríamos, por um lado, um ensino superior focado no padrão da universidade que pressupõe a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e, por outro lado, outro ensino superior, que talvez possa ser chamado de profissionalizante, que não se propõe a fazer pesquisa e extensão, mas formar e dar um diploma superior a uma parcela da população. Qual o espaço deste primeiro tipo de formação superior universitária, visto que muitas

universidades brasileiras, inclusive as públicas, atuam como Centros Universitários na medida que privilegiam a formação profissionalizante?

RENATO JANINE RIBEIRO: São muitas questões, mas vamos lá. (pausa). Temos uma irresponsabilidade, na medida em que criamos direitos, estabelecemos obrigações do Estado, das quais nós não tomamos o menor conhecimento num momento seguinte. O Congresso institui um determinado padrão, mas não dá os meios financeiros para isso nem habilita o executivo a cumpri-lo. Isso é muito sério.

Temos 168 universidades no Brasil – esse é um dado de um ano atrás; destas, 99 seriam reduzidas a Centros Universitários ou até a Faculdades se se aplicasse agora o projeto de lei de reforma, porque elas não têm três mestrados e um doutorado. Esse é um problema sério: temos condições de dispor de 168 instituições universitárias fazendo ensino, pesquisa e extensão? Não. Há instituições que não são universidades, mas fazem isso e são muito especializadas: o ITA ou o Hospital do Câncer, por exemplo. Mas a maioria faz parte da grande mentira brasileira. Fingimos que fazemos tudo junto e nem tentamos fazer bem o “menos”, que poderíamos fazer bem. Se um Centro Universitário, que é “menos” do que uma universidade, der um bom ensino de graduação, mesmo sem ter pesquisa e pós-graduação, considero que é um mérito.

Fiz parte da comissão de reforma universitária no início da gestão Tarso Genro. Depois, a comissão se reduziu e saí. Propus, na ocasião, e insisti que tivéssemos definições permanentes do que são Universidade, Centro Universitário e Faculdade. Esta definição de Universidade determinaria que ela teria pesquisa e deveria ter noventa por cento de doutores. Daríamos quinze ou vinte anos para as universidades brasileiras se ajustarem, enquanto a CAPES adotaria um plano diferenciado de formação de doutores. Ainda acho minha proposta razoável. Se a Universidade tem pesquisa, precisa ter doutor; Centro Universitário se define por um bom ensino, deve ter mestre; na Faculdade, você exige uma proporção de mestres e de doutores. Minha dúvida hoje é se ainda é necessário um doutor para um curso de graduação e para um ambiente em que apenas se leciona para a graduação. É uma dúvida. É bom ter aulas com os melhores professores, sobretudo no primeiro ano, mas nem sempre são eles os doutores.

HUMANIDADES EM DIÁLOGO: A questão do currículo e da reforma universitária, de certa, forma já foi atendida. Talvez tenha faltado especificar um pouco mais a problemática da graduação dentro de um contexto mundial. Gostaríamos que o senhor comentasse o fenômeno de desvalorização do ensino de graduação em vantagem da pesquisa nas grandes universidades brasileiras e mundiais.

RENATO JANINE RIBEIRO: Se você toma as quatro pró-reitorias da USP, a mais preciosa é a de pesquisa, depois a de pós-graduação, aí a de graduação e, por fim, a de extensão e cultura. Há um segredo que quem não é da universidade não conhece e muita gente dentro dela também não, que eu expressei em dois termos. Primeiro: não há pesquisa boa sem pós-graduação. Os centros de pesquisa que não têm pós-graduação possuem tendência a fenecer. Isso acontece com alguns institutos paulistas de pesquisa. Sua renovação só pode ocorrer com a contratação direta de doutores; não formam gente nova nem estão sujeitos à contestação pelo aluno jovem e não têm esse espaço vertical que vai desde o pesquisador sênior até quem está começando [agora, começam a ter]. Na verdade, o primeiro segredo é que não há pesquisa boa sem pós-graduação boa, e inversamente, não há pós-graduação sem pesquisa. O segundo segredo é que uma boa universidade é uma universidade com boa pós-graduação e pesquisa. Esse segredo, as pessoas fora da universidade não conhecem – e, embora eu defenda as cotas, acho que o sistema de cotas tende a conceber a universidade apenas como graduação. Apesar da franqueza nem sempre ser bem vista, eu diria que, nas grandes universidades, a graduação não é o ponto decisivo.

A graduação é muito importante porque, em primeiro lugar, faz com que o professor não fique fechado na sua pesquisa e que mantenha contato com quem está entrando. Ou seja, atualiza o professor com o mundo que está vindo. Em segundo lugar, porque acaba gerando nas grandes instituições universitárias os melhores formados em graduação do Brasil. Esses dois pontos são muito importantes. Mas, se olharmos o número de graduados das dez melhores universidades brasileiras, são uma gota no oceano – ao passo que, entre o total de pós-graduados, sua parcela é grande. Isso coloca um problema sério em relação à graduação. Obviamente, ela merece muita atenção, mas, se não atualizarmos constantemente os professores na pesquisa, cairá a qualidade da graduação. Como resolver isso? Não tenho respostas prontas, mas elenco alguns pontos: 1) precisamos arejar o currículo; 2) tem que ser verificada com muita clareza a proporção de aula e a de estudo autônomo. Em certos cursos há aula demais, mas não basta reduzir as aulas, precisa haver estudo autônomo; 3) seria desejável uma orientação tutorial mais próxima. Mas isso, que tenho ouvido sempre como argumento, não vejo como funcionaria na prática, num momento em que os professores são cada vez mais exigidos em termos de obrigações e de aumento de alunos. Assim, quem está no PET⁵ ou no PIBIC acaba fazendo uma

⁵ Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação.

graduação paralela. Isso é bom? Se, na Faculdade de Direito, uma minoria de alunos está interessada em fazer pesquisa (e isso vai fazer um diferencial numa Faculdade que é fortemente profissionalizante), essa segunda via é muito boa. Mas, num curso que é todo de pesquisa, como o de filosofia, não entendo bem por que duas graduações, uma com sinal de mais, outra sem. Digo isso a título pessoal, ainda que tenha adquirido algum conhecimento por ter sido membro do Conselho do CNPq.

Sentirei muita felicidade no dia em que, num curso de pós-graduação rebaixado pela CAPES, os alunos fizeram greve contra o coordenador de programa ou seus professores. No dia em que os alunos, ao invés de serem mobilizados pelos professores ruins que têm, para reclamar da nota ruim que os professores receberam merecidamente, olharem isso e disserem: “Gente, vocês são ruins mesmo, como estamos tendo aula com vocês? Vão começar a trabalhar para valer ou vão ter vergonha e pedir demissão? O que vamos fazer para melhorar o curso?” Dou este exemplo porque acho a participação dos alunos na discussão da qualidade dos cursos muito importante. Por exemplo, houve uma proposta uns anos atrás na ADUSP⁶ que era muito boa: que houvesse um aluno na banca do concurso de contratação de professores, na prova didática. Isso alteraria muito pouco a nota final, pois haveria um entre cinco julgadores numa prova que representa de vinte por cento a trinta por cento na avaliação como um todo. Mas o fato de ter um aluno na prova didática iria cobrar do professor que fosse didático e soubesse transmitir o conteúdo. Na pós-graduação isso não é tão fundamental, pois os estudantes têm que conhecer por si próprios. Não precisam de bons *didatas*. Mas, na graduação, esse ponto é importante. É claro que, num programa de iniciação, já se espera que vocês se viam por si próprios e sejam capazes de encontrar a bibliografia. Formamos pessoas capazes de encontrar onde está a pesquisa de ponta. Mas aí há um problema crucial: geramos pessoas aptas a ler essa pesquisa de ponta e entendê-la, mas o que não estamos gerando, de maneira significativa, são pessoas capazes de encontrá-la e aplicá-la no que elas fazem. Como acontece? Na filosofia, isso gera uma multidão de trabalho de pura história da filosofia. Eu já dei parecer em pelo menos três projetos da FAPESP que tratavam de Foucault da última fase. Três mestrandos que simplesmente queriam estudar a mesma coisa! Um dos bons resultados da portaria da CAPES, que contribuí para redigir, que obriga a colocar as dissertações e as teses na internet, quando alguém entrar com um projeto desses, ele poderá ser recusado porque já há três na internet. Não será preciso pagar trabalho inútil. Inútil

6 Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo.

do ponto de vista social; ele é útil para a formação da pessoa. Só que a pessoa poderia se formar fazendo outra coisa.

Terminando por aqui, eu gostaria de contar uma historinha para vocês. Em 1978, quando houve eleições, e ainda havia o MDB⁷ de esquerda, uma pesquisadora da USP foi pesquisar uns quadros de esquerda daquele partido na periferia. Eram trabalhadores, não intelectuais. Ela expôs para um deles toda a plataforma do MDB. Ele comentava cada coisa: aumento salarial, eleições diretas e tudo o que o MDB defendia contra a ditadura. Houve só um item que ele leu sem comentar nada: anestesia ampla geral e irrestrita. Ele não falou anistia, falou anestesia. Achei isso fabuloso, mas a pessoa que fez a análise não comentou nada, só contou. Agora, o que isso quer dizer? Que para a periferia a anistia era um discurso vazio. Ou talvez, se olhássemos a fundo, talvez houvesse uma idéia de pôr fim às dores do mundo, de anestesiá-los. É um signifiante fantástico, só que sua bibliografia não o treinou para isso, a metodologia não o preparou para o novo, o diferente, o inesperado. Isso é uma pena. É o ponto que falta na formação dos nossos alunos de graduação e pós-graduação: ser capaz de usar a bibliografia e não apenas a aplicar. É preciso trilhar um duplo caminho: por um lado, estar atualizado com a melhor teoria do mundo, por outro sempre questionar sua aplicação aqui. Talvez, no fundo, o mais difícil seja, tanto para o acadêmico quanto para quem vai fazer um uso profissional do saber adquirido, utilizá-lo de maneira criativa, independente. Até doutores têm dificuldade nisso.

HUMANIDADES EM DIÁLOGO: Como o senhor vê o desafio da implementação da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas universidades brasileiras? Qual o papel que essa proposta de ensino tutorial teria no caso do nosso programa, o PET?

RENATO JANINE RIBEIRO: Como tinha começado a dizer, acho que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão muito simpática – já a defendi – mas ela não é praticada no país e não vejo recursos para praticar isso de maneira sistemática. Penso que é possível melhorar muito a situação atual. É possível, sobretudo se fizermos farto uso do sistema de redes, melhorar a situação das instituições mais afastadas geograficamente. Na CAPES estamos criando uma exigência importante: um curso com as notas máximas (seis ou sete) precisará ter um programa de solidariedade com uma instituição três nos estados menos desenvolvidos. Haverá um prazo para isso ser feito. Isso significa que não se acei-

⁷ Movimento Democrático Brasileiro.

tará mais que um curso esteja no topo se não ajudar outros cursos a crescerem. Haverá tempo para isso, não será uma imposição do dia para a noite.

Há condições de melhorarmos a situação e de aproximarmos ensino, pesquisa e extensão. O que não dá é utilizar o sistema tradicional: departamentalizado, cheio de feudalismos, em que os grupos não querem ser avaliados. Precisamos desdepartamentalizar, aumentar as transversalidades, ou seja, as ligações de uma área com outra, e criar sistemas de avaliação. A crítica que ouço ao PET, que não sei se procede ou não, é quanto à falta de avaliação do mesmo, enquanto o PIBIC é alvo de uma avaliação constante pela agência responsável. Todo programa tem de ser avaliado. Quanto ao esquema do ensino tutorial, é muito positivo um professor responsável se reunir com um grupo de alunos e trabalhar com eles. Quanto à questão da seleção, poderíamos empregar o princípio que John Rawls sugere: toda vez que haja a repartição desigual de um bem, ela deva ser feita de forma que favoreça os que menos recebem. Assim, se só podemos receber na medicina um determinado número de alunos por ano, temos de considerar que a recepção desigual das vagas de medicina favoreça ao máximo os que estão mais longe de entrar na Faculdade, ou seja, favoreça ao máximo a saúde coletiva. Na distribuição desigual do acesso à Faculdade de Direito, devemos favorecer ao máximo os que estão mais longe dela, ou sejam, os beneficiários dos direitos sociais. No sistema de ensino tutorial, ele deveria favorecer ao máximo quem está fora dele. Como fazer isso? Disponibilizando os conteúdos que tenham sido gerados aí para os outros alunos, ou cobrando dos alunos que têm esse benefício um auxílio a outros alunos, através de monitorias. A CAPES, por ser uma agência que forma docentes de ensino superior, adotou o critério de que seus bolsistas devem dar aula supervisionada. É um critério que tem a ver com a própria formação. Se formamos um professor, ele deve saber lecionar, e temos de acompanhar isso. Talvez essa seja uma maneira de conseguirmos que esse sistema funcione sem o risco do elitismo.

HUMANIDADES EM DIÁLOGO: Sem ser *Liberal Arts*...

RENATO JANINE RIBEIRO: O *Liberal Arts* tem esse problema da formação de uma elite. Elite vai haver, o diferente é que a elite não precisa pegar o melhor do dinheiro, o melhor das posições e o melhor dos cargos. Se você mexesse no currículo, a rigor, e introduzisse um elemento forte de responsabilidade social, resolveria muitas coisas. Se eu tivesse certeza de que o médico, o engenheiro e o administrador que vão sair hão de olhar o mundo em que ele está, melhorariamos muito nossa sociedade e nossa universidade.

